

GEOPOLÍTICA CRÍTICA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL: OS DISCURSOS DOS ESTADOS NA UNESCO

CRITICAL GEOPOLITICS OF WORLD HERITAGE: DISCOURSES OF STATES IN UNESCO

DIRCEU ROGÉRIO CADENA DE MELO FILHO

Universidade Federal do Rio de Janeiro
dirceucadena@gmail.com

RESUMO. Diante das mudanças globais, comumente chamadas de globalização, instituições de caráter transnacional entram em cena no jogo de disputas políticas pela legitimação dos discursos sobre espaços do globo. A UNESCO, instituição vinculada a ONU e responsável pela atribuição de valor universal excepcional, pode ser tratada como um exemplo de instituição internacional que funciona como um campo de disputa política, onde as nações buscam legitimar seus discursos como estratégia de poder sobre outros Estados através da inclusão de bens na lista do patrimônio mundial. Assim, conferir o título de patrimônio mundial a um determinado espaço representa o reconhecimento internacional de um discurso nacional sobre as formas como é possível interpretar determinados espaços. Como a UNESCO se organiza burocraticamente? Quais são os discursos produzidos através do patrimônio mundial? Quais as relações políticas estabelecidas entre nações na definição de um patrimônio mundial? Estas são as questões que orientam a pesquisa, tendo como objetivo principal compreender como hegemonias e contra hegemonias são reconfiguradas no contexto da globalização.

PALAVRAS-CHAVE. GEOPOLÍTICA CRÍTICA, PATRIMÔNIO MUNDIAL, BUROCRACIA NA UNESCO.

ABSTRACT. In the face of global changes, commonly called globalization, transnational institutions come into play in the game of political disputes by legitimating discourses on areas of the globe. UNESCO, the UN and tied responsible for assigning institution outstanding universal value, can be treated as an example of international institution that works as a field of political struggle, where nations seek to legitimize their discourse as a power strategy on other states through inclusion of properties on the World Heritage list. So, check the title of world heritage to a particular space is international recognition of a national discourse on the ways you can interpret certain spaces. As UNESCO is organized bureaucratically? What are the discourses produced through the world heritage? What are the political relations between nations in the definition of a world heritage site? These are the questions that guide the research, with the primary objective to understand how hegemonies and against hegemonies are reconfigured in the context of globalization.

KEYWORDS. CRITICAL GEOPOLITICS, WORLD HERITAGE, UNESCO'S BUREAUCRACY.

INTRODUÇÃO

A produção de reflexões sobre as formas como as instituições burocráticas e os agentes intelectuais envolvidos nestas instituições caracterizam os territórios constitui um importante campo da ciência geográfica desde sua institucionalização acadêmica, sendo comumente chamada de geopolítica.

A história deste campo científico mostra que a geopolítica foi construída ao longo do século XX a partir de diversas concepções, características e conceitos, variando de acordo com a organização política e econômica global. No início do século a caracterização e análise das regiões foram produzidas por intelectuais inseridos nas estruturas governamentais com o desejo de fundamentar

os imperialismos e fortalecer os estados nacionais. Nos intervalos das grandes guerras, discursos geopolíticos basearam-se em questões étnicas para legitimar e combater os avanços dos regimes nazistas e fascistas na Europa. Já no período da guerra fria, a caracterização dos espaços era baseada nas posturas políticas e econômicas dos blocos dominantes, onde o “outro” era apresentando como um inimigo militar e ideológico a ser combatido (TOAL, 1998).

Numa abordagem pós-colonial, a geopolítica pode ser tratada numa perspectiva crítica quando analisa a utilização de temas geográficos para a construção de discursos pelas instituições burocráticas como forma de definir estratégias de poder em relação aos territórios nacionais e estrangeiros.

Diante das mudanças globais de ampliação de mercados e conexão de informações em rede, comumente chamada de globalização, instituições de caráter transnacional entram em cena no jogo político da construção de discursos sobre determinados espaços do globo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), instituição vinculada a ONU e responsável pela atribuição de valor universal excepcional a uma vasta lista de tipologias de elementos através do *World Heritage Centre* (WHC), pode ser tratada como um exemplo de instituição transnacional que funciona como um espaço de disputa política, onde as nações buscam legitimar seus discursos como estratégia de poder sobre outros Estados. O resultado desta disputa é expresso através da Lista do Patrimônio Mundial. Assim, como lembra Ribeiro (2013), conferir o título de patrimônio mundial a um determinado elemento representa o reconhecimento internacional de um discurso produzido nacionalmente sobre as formas como é possível interpretar determinados espaços.

Neste sentido, o presente trabalho tem como questão central compreender de forma mais geral como relações de poder entre Estados são reconfiguradas no contexto da globalização. Ou expresso de forma mais direta, compreender qual o papel da UNESCO na produção e contestação de hegemonias estatais através da construção de discursos sobre o patrimônio mundial. Estou considerando neste trabalho o patrimônio cultural uma questão discursiva (GONÇALVES, 1996), e o patrimônio mundial, de forma mais específica, um assunto geopolítico (KEARNS, 2008), pois através dele as burocracias governamentais estabelecem relações políticas, econômicas e culturais entre nações.

Acredito que para problematizar a partir da questão central posta, deve-se responder também: como a UNESCO se organiza burocraticamente? Quais são os discursos produzidos através do patrimônio mundial?

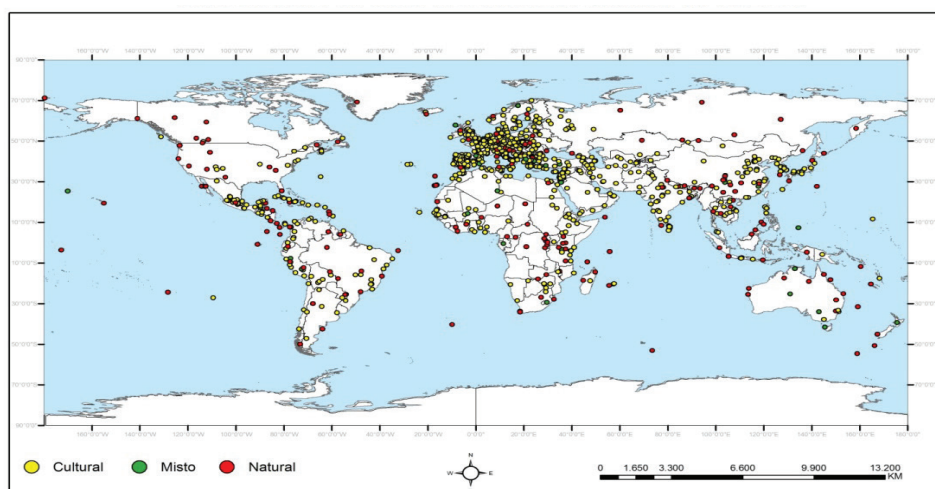
PATRIMÔNIO MUNDIAL COMO UMA QUESTÃO GEOPOLÍTICA

Em 1972 a UNESCO criou sua Convenção do Patrimônio Mundial para responder a necessidade internacional de proteger elementos com importância para além das fronteiras nacionais. Esta convenção apresenta as definições e diretrizes para pensar o patrimônio numa escala global, e cria a Lista do Patrimônio Mundial, onde os bens detentores de valor universal excepcional devem ser inscritos com base nos critérios determinados pela instituição. Ao longo deste período a Convenção foi ratificada por mais de 190 nações e mais de 1000 bens já foram inscritos na Lista, indicando tanto a influência da UNESCO enquanto instituição transnacional quanto o sucesso dos instrumentos propostos para à identificação, proteção e gestão de bens.

Tratada como etapa fundamental no reconhecimento de um patrimônio mundial, inscrever um bem na Lista tornou-se importante para vários setores econômicos, sobretudo aqueles vinculados ao turismo global, e também para os setores políticos nacionais, preocupados em legitimar discursos nacionais. Apesar de representar uma seleção internacional, o processo de inclusão de um bem na Lista está todo baseado na construção de discursos pelas estruturas burocráticas nacionais, pois, conforme aponta Ribeiro (2013), a inclusão de um bem na Lista significa a ratificação por uma instituição transnacional formada por burocracias estatais de uma imagem construída nacionalmente. Neste sentido, é possível entender a construção da Lista do Patrimônio Mundial como o resultado de uma relação geopolítica entre países para legitimar discursos sobre diversos elementos, a partir de estratégias de caracterização de territórios nacionais e estrangeiros.

Ao observar a distribuição espacial de bens presentes na Lista (MAPA 01) nota-se que a grande maioria de bens inscritos encontra-se em territórios de países Europeus. Países das regiões africana, asiática e do Oriente Médio apresentam poucos bens considerados de valor universal excepcional. Através da Lista do Patrimônio Mundial é possível observar a participação dos Estados Africanos na UNESCO, onde os 52 Estados-Partes¹ contam com aproximadamente 10% dos bens inscritos na Lista, dos quais 85 são classificados como culturais e 39 como naturais. Com relação aos critérios adotados na justificativa de inclusão dos bens na Lista, os mais reconhecidos são o critério 3, atribuído ao bem que represente o testemunho de uma tradição cultural ou de uma civilização desaparecida, e o critério 10, atribuído ao bem que forme habitats naturais representativos. Observa-se também que o critério I, atribuído aos bens que são considerados obras-primas do gênio humano, e o critério IV, atribuído aos elementos construídos que representam períodos significativos da história, são os menos presentes nos bens africanos inscritos. Também é representativo que dentre os 31 Estados com nenhum bem inscrito na Lista, 12 estão localizados na África e do total de Estados com apenas um bem inscrito, mais de 31% estão neste continente.

MAPA 1 - Bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO



¹ A classificação da UNESCO considera os *Estados-Parte* do Norte da África como integrantes da região dos Estados Árabes. Nesta rápida contextualização quantitativa do Patrimônio Mundial no mundo Africano, foram considerados todos os países localizados nos limites geográficos do continente africano.

A partir destas observações superficiais, pautada apenas nas nações africanas, é possível levantar como hipótese que a Lista do Patrimônio Mundial representa, na verdade, a legitimação de discursos construídos numa orientação ocidental, sobretudo Europeia, limitando a inclusão de bens com diferentes características físicas e discursivas. Neste sentido, podemos considerar que há um regime de dominação dos discursos aceitos como patrimônio mundial regulado pelas burocracias governamentais e institucionais transnacionais que controlam a inscrição de elementos e a participação das burocracias africanas junto a UNESCO.

Considero, portanto, o patrimônio mundial um assunto geopolítico no sentido apresentado por Kearns (2008), pois a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial molda as relações políticas, econômicas e culturais de um determinado país. Neste sentido, também estou de acordo com o autor, quando ele define a geopolítica como um discurso que descreve, explica e promove formas particulares de observar como o poder territorial é formado e experimentado. Estes discursos geopolíticos nunca são inocentes, sendo produzidos a partir da perspectiva de cada comentador, estabelecendo formas de ver o mundo, compreendidas como uma visão geopolítica.

Como o patrimônio é a atribuição de um valor através da construção de um discurso sobre o elemento; uma escolha orientada que obrigatoriamente relega determinados aspectos ao esquecimento (GONÇALVES, 1996; TRAJANO FILHO, 2012). No caso do patrimônio em escala mundial, onde as nações produzem discursos em busca de se inserirem na hegemonia global, podemos considerar de forma mais específica como uma questão geopolítica, onde uma instituição transnacional atua na legitimação discursiva, orientando a produção de políticas públicas nas nações, sendo isto uma característica do período de globalização.

Sharma e Gupta (2006) compreendem que as instituições burocráticas transnacionais, características do período da globalização, atuam de forma constante em escala global e nacional na transformação dos territórios. Para os autores, os processos transnacionais deram novos formatos a tradicional associação entre Estados-Nações, soberanias e territórios. A soberania estatal, relacionada com a defesa territorial numa abordagem Weberiana, não pode mais ser vista como relativa ao alcance e direitos governamentais dentro dos limites do território, mas encontra-se atualmente separada estritamente do Estado-Nação e presente também em organizações supranacionais e não governamentais. Em determinados aspectos os territórios seguem cartilhas de instituições supranacionais para a construção de suas políticas.

É importante destacar que este aspecto não representaria um enfraquecimento do Estado, como desejaram apontar as reflexões contrárias à globalização, afinal as legislações nacionais ainda devem ser seguidas dentro de um território específico. Este aspecto mostra, na verdade, como os processos políticos ocorridos na escala nacional se articulam com os de escala global. Diversos são os exemplos em que instituições transnacionais transformam as ações governamentais sobre determinado território. Como exemplo posso citar em consonância com este trabalho as ações da UNESCO na definição de regras e discursos sobre o patrimônio mundial, que orienta, planeja, avalia e atua nos territórios dos Estados-Partes. Esta instituição transnacional também é, portanto, articulada pelos atores inseridos em sua burocracia para criar uma Ideia-Estado (ABRAMS, 2006) ou um Efeito de Estado (MITCHELL, 1999), através da criação de uma aparente coerência diante a desunião.

Esta aparente coerência produzida pelas agências burocráticas necessita na esfera internacional de um espaço voltado para o diálogo e construção de discursos. Para Góes Filho (2003, p.23), a esfera pública internacional necessita de espaços de articulação entre os Estados, frente ao entrelaçamento crescente de mercados financeiros e de trabalho, e da perda progressiva dos mecanismos de controle dos Estados nacionais sobre a economia e fluxo de capital. Para o autor,

Na medida em que os Estados nacionais se tornam cada vez mais interdependentes e “democráticos” esses lugares de construção e concatenação de discursos se mostraram mais relevantes para a resolução das disputas e para a produção de códigos capazes de serem compartilhados “universalmente”. As tensões derivadas da divisão do mundo em Estados nacionais não só gerou a necessidade de inventar esses novos lugares como a de criar categorias capazes de englobar em grupamentos mais abrangentes e universalizantes, os indivíduos que por quase três séculos haviam tido como principal referência de pertencimento a nação.

A dominação deste espaço de diálogo, através do controle da burocracia da instituição, torna-se fundamental para o controle da Lista do Patrimônio Mundial e a criação de uma instituição com a condição de definir quem define as regras sobre o que pode ou não se inserir neste espaço. Como este espaço é disputado pelas burocracias governamentais, podemos analisar através da geopolítica crítica a criação de discursos e instituição do patrimônio mundial.

Neste sentido, a geopolítica crítica permite analisar este espaço de disputa global a partir dos discursos produzidos pelas nações para caracterizar elementos e inclui-los na Lista do Patrimônio Mundial. Toal (1998) enfatiza que a geopolítica teve variadas utilizações ao longo do século XX em função das transformações políticas e econômicas globais. No início do século XX, quando o Sueco Kjellen fundou o termo, a geopolítica era vista como um conhecimento tipicamente imperial e ocidental, que lidava com as relações entre os aspectos físicos da Terra e a Política. Durante o período da guerra fria, alguns geógrafos analisaram a disputa global por territórios estabelecida entre a URSS e o EUA, produzindo a geopolítica das ideologias dominantes nos dois blocos, descrevendo “o outro” como uma constante ameaça que deveria ser geograficamente compreendida. Somente a partir do final da década de 1980 que o tema foi revalorizado, por oferecer uma suposta visão global do Mundo, com novos objetos e perspectivas de abordagem.

Três abordagens são notáveis nesta “nova geopolítica”: a primeira considera que o final da guerra fria possibilitou a emergência de uma nova ordem geopolítica, dominada por questões e problemas geoeconômicos, onde os temas de estudos relevantes estariam vinculados aos aspectos produzidos pela globalização da atividade econômica e dos fluxos globais de mercado, bem como nas razões relacionadas aos investimentos, as *commodities* e as imagens construídas pelos países como caminho para produzir ou perpetuar as soberanias dos Estados.

Uma segunda abordagem também parte do fim da guerra fria, porém procura entender o mundo para além das questões econômicas. Nesta linha de pesquisa, as questões geopolíticas não estão mais centradas na disputa territorial de dois blocos hegemônicos, mas sim na análise de problemas transnacionais. Os estudos produzidos são relacionados ao terrorismo, proliferação de ameaças nucleares, conflitos de civilizações, etc.

A terceira abordagem surge no final do século XX com os debates sobre sustentabilidade. Para os autores vinculados a esse tema a relação entre política e a Terra é mais importante pelos fatores ambientais. A chamada “eco política” se interessa por uma grande variedade de temas, dentre eles pelos aspectos políticos causadores da degradação ambiental, poluição transnacional e aquecimento global.

Mais importante do que se encaixar em linhas de abordagens das questões geopolíticas seria, segundo Toal (1998, p.3), desenvolver uma “geopolítica crítica”, compreendida como uma postura de análise que revela as práticas ocultas do conhecimento geopolítico e que busca:

definir geopolítica como uma descrição não problemática do mapa político global, a “geopolítica crítica” trata a geopolítica como um discurso, como uma forma cultural e política de descrever, representar e escrever sobre geografia e política internacional. [...] “Geopolítica crítica”, em outras palavras, politiza a criação do conhecimento geopolítico produzido por intelectuais, instituições e homens do Estado. Ela trata a produção do discurso geopolítico como parte da própria política e não como algo neutro.

Pensar a geopolítica de forma crítica permite analisar a produção de discursos criados pela burocracia governamental. Neste sentido, a ideia da geopolítica crítica está relacionada com uma perspectiva foucaultiana pós-colonial de análise dos discursos produtores de estruturas de poder/conhecimento, possibilitando reflexões às hegemonias estabelecidas.

A geopolítica contemporânea pode ser compreendida, portanto, como uma forma de relação entre Estado e território que apresenta duas abordagens distintas: uma abordagem acadêmica, preocupada em analisar os discursos produzidos pelas burocracias estatais para compreender a formação das estruturas de poder; uma abordagem governamental, responsável por construir discursos sobre territórios internos e externos utilizando conceitos geográficos. Como as burocracias se apropriam dos trabalhos científicos para a caracterização de territórios, e a abordagem acadêmica utiliza a produção burocrática como objeto de análise, estas dois enfoques estão empiricamente relacionados.

Estes discursos são, portanto, produzidos a partir das relações entre governos e instituições, construídos em espaços transnacionais de relacionamento. No aspecto do patrimônio mundial, a UNESCO é o espaço de disputas onde as burocracias estatais se organizam em busca de estabelecer uma hegemonia cultural, sendo assim importante compreender como ela é burocraticamente organizada.

UNESCO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO BUROCRÁTICA

Criada em 1945, a UNESCO é a instituição da ONU responsável por tratar temas relacionados à educação e cultura. Sua origem remonta ainda a antiga Liga das Nações, estabelecida com o termino da segunda guerra mundial. A atuação da instituição no tocante ao patrimônio data de 1972, quando os Estados-partes ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial, principal instrumento para identificação, inscrição, manejo e proteção do patrimônio em escala global. Apesar de Silva (2012) apresentar a existência de outras convenções e recomendações atuantes em escala global, a Convenção da UNESCO representou uma primeira articulação política das nações em busca de

proteger o patrimônio da humanidade, como pode ser observado através dos relatórios finais dos encontros preparatórios para a construção deste documento².

A convenção estabelece que bens reconhecidos como detentores de Valor Universal Excepcional devem ser inseridos na Lista do Patrimônio Mundial, seguindo dez critérios específicos, a partir da votação do Comitê do Patrimônio Mundial. Este comitê é composto por 21 membros dentre os Estados-Partes, sendo responsável pela difusão, atualização e manutenção da Lista do patrimônio mundial, bem como da Lista do patrimônio mundial em perigo e da gestão do Fundo do Patrimônio Mundial. Considerando que são os membros do comitê que votam a inscrição ou não de um bem na Lista, acredito ser possível utilizar este instrumento como exemplo para pensar a noção weberiana de dominação.

Para Weber, poder significa a “(...) probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social”, enquanto que dominação representa “(...) a probabilidade de encontrar obediência a um mandato entre pessoas” (WEBER, 1977, p.43). Poder e dominação não representariam a mesma coisa, pois o primeiro seria um conceito amorfo e enquanto o segundo pode ser considerado um fato social, relacionado ao controle dos meios administrativos. Para o autor, os tipos de dominação não são restritos somente a fatores econômicos, mas podem ser exercidas de forma legal, tradicional, ou carismática, definidos em função dos meios com que determinados atores políticos controlaram a máquina administrativa.

Portanto, para Weber, Independente dos tipos de dominação, o fundamental é o controle da estrutura administrativa que compõe o Estado, ou, dito de outra forma, o controle da burocracia. Assim, a dominação em Weber representa a forma de controlar a capacidade administrativa da burocracia estatal, centrada no corpo de funcionários com funções econômicas, militares, religiosas, etc.

Neste sentido, aqueles governos que controlam o Comitê do Patrimônio Mundial, detêm um aspecto importante da burocracia da UNESCO e podem, assim, estabelecer regimes de dominação dos discursos. O caso da China, que chegou ao ano de 2014 com 47 bens inscritos, mostra que a participação no Comitê é fundamental para a inscrição de bens na Lista. A China contava com sete bens inscritos até 1991, quando tomou posse pela primeira vez do Comitê. Entre 1991 e 1997, período de seu primeiro mandato, o país quase dobrou sua participação na Lista inscrevendo doze bens. Durante seu segundo mandato, entre 1999 e 2005, 10 bens foram inscritos, e durante o seu terceiro mandato, entre 2007 e 2011, 8 bens foram inscritos, totalizando 63% de bens inscritos no período em que participava das decisões do patrimônio mundial.

A participação do Brasil junto ao Comitê também pode exemplificar como a dominação nas esferas burocráticas pode influenciar a inserção de bens e discursos sobre o Patrimônio Mundial. Apesar de ter ratificado a Convenção do Patrimônio Mundial em 1977, o país teve seu primeiro bem inscrito apenas em 1980 (a cidade de Ouro Preto/MG), mesmo ano em que iniciou uma sequência de três mandatos no Comitê do Patrimônio Mundial, totalizando 23 anos de efetiva participação burocrática junto a UNESCO. Dos 19 bens inscritos por este Estado, apenas 6 foram

² Dois encontros foram realizados antes da adoção da Convenção em 1972. Tanto o primeiro encontro, ocorrido em 1968, quanto o segundo, em 1969, contaram com a participação de 12 nações distintas. Para consultar os temas debatidos nestes encontros, analisar respectivamente os documentos SHC/CS/27/8 e SHC/MD/4.

considerados de valor excepcional universal durante a ausência de representantes brasileiros no espaço de decisão daquela instituição.

O Comitê torna-se desta forma um dos principais espaços a ser defendido na geopolítica do patrimônio mundial. O espaço do Comitê é estabelecido uma vez ao ano para unir os 21 membros que o compõem, com o objetivo de implantar a Convenção do Patrimônio Mundial. Dos 191 Estados signatários que compõem a UNESCO, 102 não tiveram nenhum mandato no Comitê e 44 participaram apenas durante um mandato das decisões. Ao observar a lista de países com nenhum bem inscrito, pode-se notar que apenas dois (Jamaica e Kuwait) já tiveram ao menos um mandato no Comitê.

Esta importância atribuída à participação no Comitê do Patrimônio Mundial pode, porém, ser contestada com alguns exemplos presentes na própria Lista. A República Checa conta com 12 bens inscritos na Lista, sem nunca ter participado do Comitê. A Espanha acumulou apenas 10 anos de mandatos no Comitê, mas conta com 44 bens inscritos na Lista, sendo o segundo país com mais inscrições. Já o Egito, participou quatro vezes do Comitê, contabilizando 23 anos nas decisões do patrimônio mundial, porém inscreveu apenas sete bens.

Portanto, apesar do controle da burocracia estar associado a uma maior inserção na Lista, considero que exista outro aspecto significativo para a aceitação de um discurso de determinadas nações em detrimento de outras. Parto do princípio da existência de um grupo hegemônico, que define o que pode ser patrimônio mundial, e de grupos contra-hegemônicos, que buscam se inserir neste quadro internacional. Considero que para analisar isto, devemos olhar para os discursos aceitos como patrimônios mundiais e para os discursos negados.

HEGEMÔNIAS E CONTRA HEGEMÔNIAS NOS DISCURSOS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Após definir o patrimônio mundial como um assunto geopolítico (KEARNS, 2008) pretendo debater sobre a existência de hegemonias e contra hegemonias políticas, estabelecidas através do controle das formas de aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, sendo este controle produzido pela ocupação dos espaços burocráticos da UNESCO.

Acredito que a produção de discursos sobre o patrimônio mundial está organizada em grupos hegemônicos: formado pelas agências burocráticas que detém o direito de falar sobre o que tem ou não um valor universal. Este grupo é o responsável pelo maior número de inscrições na Lista, tem uma maior contribuição com o Fundo do Patrimônio Mundial, seus integrantes ocupam mais vagas do Comitê do Patrimônio Mundial, enfim, o grupo hegemônico controla a burocracia da UNESCO e como reflexo domina a Lista do Patrimônio Mundial. Contudo, como os discursos nunca são inocentes e são sempre contestados por outros grupos, há também a existência de grupos contra hegemônicos: formados pelos Estados que buscam sua inserção na Lista através da construção de novos discursos. Estas hegemonias e contra hegemonias se especializam através da Lista do patrimônio, produzindo, portanto diferenciações espaciais em escala global como resultado de disputas geopolíticas.

Considero, portanto, que existe uma instituição do patrimônio mundial, com as mesmas características daquelas identificadas por Said (2007) sobre o orientalismo, ou por Escobar (1995) em relação à ideia de desenvolvimento. Para ambos os autores a partir de discursos estabelecidos

como verdades incontestáveis um grupo orienta a forma de tratar um assunto definindo como pensar sobre o oriente ou sobre as metas de desenvolvimento.

No caso do patrimônio mundial, diversos são os exemplos de embates discursivos que podem ser analisados através da Lista. O caso da inscrição de Jerusalém é representativo destes embates³: Proposta em 1980 pelo Reino da Jordânia, a inscrição da cidade seria justificada por ela ser o centro de três importantes religiões do globo, além de contar com monumentos de expressivo valor artístico. Em 1981 a votação do Comité do Patrimônio Mundial decidiu incluir a cidade na Lista, com o apoio dos governos de Estados árabes, abstenções de Austrália, França e Itália e com voto contrário dos Estados Unidos. Tanto o voto contrário, quanto as abstenções foram justificadas em função das disputas existentes sobre a soberania do território de Jerusalém, tendo os EUA a postura mais enfática ao afirmar que a Jordânia não tinha autoridade sobre aquela área. Assim, ao inscrever Jerusalém na Lista do Patrimônio Mundial a partir de uma solicitação do Reino da Jordânia, o Comité ofereceu mais uma argumentação para um Estado justificar seu controle sobre determinado território em detrimento de outro, exemplificando como o patrimônio pode ser visto como um fator geopolítico.

Gostaria de pensar em outros exemplos presentes na Lista através de uma abordagem pós-colonialista, ou seja, uma abordagem que considera os discursos aceitos e os discursos negados. Para isto, quero pensar nos discursos presentes na Lista através dos estados africanos. Apesar de novas abordagens da geografia cultural e da geografia política preocupadas com os estudos sobre as espacializações e as estratégias discursivas utilizadas por grupos étnicos e religiosos estar muitas vezes vinculadas a aspectos de matriz africana, poucos são os trabalhos que tratam a África em si, ou mesmo sobre a inserção destes países em um contexto geopolítico. No âmbito do patrimônio cultural, os estudos sobre antropologia parecem estar muito mais envolvidos com a temática da África do que as abordagens geográficas sobre o assunto⁴. De uma perspectiva da geopolítica crítica, quero analisar os discursos produzidos pelos Estados e a espacializações destes discursos no continente africano, destacando como o patrimônio mundial caracterizou os territórios dos Estados. Como já observamos através de uma rápida caracterização do patrimônio mundial no continente africano na introdução deste trabalho, proponho agora observarmos alguns discursos aceitos como de valor universal excepcional. Para isto, gostaria de pensar na construção burocrática de Cabo Verde e Costa do Marfim. A escolha destes dois países não é arbitrária, mas pautada em semelhanças e diferenças entre eles. Primeiramente, os dois foram colônias europeias até metade do século XX de Estados com significativa participação na Lista do Patrimônio Mundial. Enquanto Portugal contabiliza 15 bens inscritos na Lista e dois mandatos no Comitê, a França é uma das fundadoras da noção de patrimônio cultural, sedia a UNESCO, é também o Estado com mais participações no Comitê e um dos que tem maior inserção na Lista. Os países também fazem parte do grupo de Estados estabelecidos a partir de um processo de colonização iniciado no final do século XIX, com complexos processos de independência política. Enquanto Cabo Verde declarou sua independência de Portugal em 1975, Costa do Marfim se tornou politicamente livre da França em 1960. No âmbito do patrimônio mundial, estes ambos os países ratificaram a convenção da

³ Os tramites para inscrição de Jerusalém estão disponíveis no documento cc-81-conf008-2, disponível em <http://whc.unesco.org/archive/1981/cc-81-conf008-2reve.pdf>.

⁴ Para uma série de textos antropológicos sobre o patrimônio cultural na África pode-se consultar a coletânea organizada por Sansone (2012).

UNESCO na década de 1980 e inscreveram até o momento apenas 5 bens na Lista. Os dois países jamais participaram do Comitê do patrimônio e ambos já receberam uma elevada quantidade de assistência internacional.

Observando inicialmente os tipos de bens inscritos por esses países, nota-se a existência de duas cidades históricas. O *Centro Histórico de Ribeira Grande*, em Cabo Verde, foi inscrito na Lista em 2009 com base nos critérios II (representar uma importante troca de valores com desenvolvimentos arquitetônicos); III (representar o testemunho de uma tradição ou comunidade); e VI (estar diretamente relacionado a eventos de valor excepcional). Já na Costa do Marfim, a *Cidade Histórica de Grand-Bassam* foi inscrita na Lista em 2012 com base nos critérios III e IV (representar um exemplo de arquitetura que representa um estágio significativo da história humana).

Uma simples descrição dos critérios pode indicar o reconhecimento por parte da UNESCO da importância cultural destes locais para a humanidade, contudo ao analisar os discursos aceitos pela instituição é possível observar uma orientação colonial que limita a construção do patrimônio mundial. Uma análise dos argumentos utilizados para justificar a inscrição desses dois bens e o resultado da avaliação pode ser reveladora deste aspecto (TABELA 1).

TABELA 1 - Critérios, justificativas e resultados utilizados na inscrição de bens culturais na lista do Patrimônio mundial

<i>Ribeira Grande</i>			<i>Grand-Bassam</i>		
Critério	Justificativa	Resultado	Critério	Justificativa	Resultado
II	[...] justified by the State Party on the grounds that Ribeira Grande was the first European town to be built south of the Sahara. It bears witness to a deliberately planned trading centre on the Atlantic route expressly for the slave trade.	Ribeira Grande bear witness to its considerable role in the development of European colonial domination in Africa and America, the development of the black slave trade	III	This criterion is justified by the State Party on the grounds that Grand-Bassam bears exceptionally clear and complete witness to a colonial tradition of cohabitation between Europeans and Africans. With its urban planning based on clearly identified quarters for the administration, European housing	ICOMOS considers that Grand-Bassam bears witness, through its well preserved urban organisation, to an important cultural tradition linked to its role as a colonial capital, an administrative centre for the former AOF (Afrique occidentale française) and a regional commercial hub
III	[...] is justified by the State Party on the grounds that the urban and maritime site and the landscape of Ribeira Grande bear remarkable witness to the history of	The intermingling of human races and the meeting between African and European cultures gave rise to the first developed Creole society	IV	The N'zima village bears witness to the permanency of the cultural and symbolic values of African peoples in contact with Europeans	ICOMOS considers that Grand-Bassam does indeed constitute an outstanding example of rational colonial town planning, with its specialised quarters in an overall

cont.

TABELA 1 - Cont.

Ribeira Grande			Grand-Bassam		
Critério	Justificativa	Resultado	Critério	Justificativa	Resultado
III	slavery and its relationship of domination.		IV		urban network in which vegetation has an important role. The colonial architecture is characterised by a sober and functional style, using principles of hygiene adapted to a tropical location.
IV	This criterion is justified by the State Party on the grounds that the monuments and urban ensemble of Ribeira Grande are an outstanding illustration of a decisive stage in the history of transatlantic navigation and the colonisation of new lands.	and although they have some notable architectural aspects, they are not sufficiently unique or in an appropriate state of conservation and authenticity/integrity to justify outstanding universal architectural and urban value.			
VI	This criterion is justified by the State Party on the grounds that Ribeira Grande was at the origin of European slavery practices and took part in its systematic commercial organisation for several centuries	ICOMOS considers that, in association with criteria (ii) and (iii), this criterion has been justified.			

Fonte: adaptado a partir dos *Advisory Body Evaluation*, disponíveis em <http://whc.unesco.org/>. 2014.

Nos dois casos podemos observar que o centro histórico foi inserido a partir de atributos que consideram a atuação do Europeu colonizador como fator primordial. Também através destas análises, observo que a África é associada com os aspectos apresentados por Trajano Filho (2012). Segundo este autor, o continente é tratado por três imagens básicas na abordagem do patrimônio: uma da África natural; outra da África dos conflitos e do sofrimento; e uma da África autenticamente performativa, expresso nas práticas reconhecidas como patrimônio imaterial.

Apenas Costa do Marfim apresenta bens inscritos como patrimônios naturais da humanidade. Os três bens foram inscritos ao longo da década de 1980 com base nos critérios IX (ser um exemplo de processos ecológicos na evolução de ecossistemas) e X (conter significativa *habitat* para a conservação da diversidade biológica). O *Tai National Park*, também foi inscrito em função do critério VII (conter áreas com fenômenos naturais de beleza natural ou estética).

CONCLUSÃO

Busquei neste texto apresentar o patrimônio mundial como uma questão geopolítica. Pensei a partir de uma perspectiva pós-colonial a produção de hegemonias pautadas nos discursos construídos através do espaço do patrimônio mundial. Para compreender o estabelecimento destas hegemonias expressos na Lista do Patrimônio Mundial, optei por analisar a estrutura burocrática da UNESCO e seu principal órgão: o Comitê do Patrimônio Mundial.

Acredito que deixei claro que há uma relação direta entre a dominação do Comitê, adotada aqui num sentido Weberiano, e a inscrição de bens na Lista. Contudo, também há a presença no espaço da UNESCO da construção de hegemonias pautadas no discurso. O caso dos bens africanos analisados neste trabalho é revelador da necessidade de adaptações aos padrões eurocêntricos estabelecidos.

Trabalhos futuros devem ser realizados para analisar o que não foi inscrito na Lista, seguindo o proposto por Foucault (1995) de considerar as contestações do estabelecido como verdade. Neste ponto, podemos analisar a produção política da Lista Indicativa dos países africanos e o processo de construção, aceitação e negação dos discursos presentes.

Outros trabalhos também devem focar nas análises dos atores envolvidos com a produção do patrimônio mundial. Quais são as agências participantes do processo de construção dos dossiês? Quais são os experts envolvidos com esta construção? Que representando do Estado votou de forma favorável ou contrária a inclusão de um determinado bem e qual sua formação profissional? Estas são questões que ainda estão para ser respondidas para desvelar a partir de uma postura crítica a geopolítica do patrimônio mundial.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (orgs.). *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, pp. 112-130.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the third world*. Princeton, N J: Princeton University Press, 1995. 290p.
- FOUCAULT, Michel. The subject and power In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. University of Chicago Press, 1995, p.208-226
- GÓES FILHO, P. de. *O clube das nações: a missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- KEARNS, Gerry. Imperial Geopolitics. Geopolitical visions at the dawn of the American century. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TOAL, Gerard. *A Companion to Political Geography*. Malden: Blackwell, 2008. p. 173-186.

- MITCHELL, T.. Society, economy and the state effect. In: STEINMETZ, G. (org.). *State/Culture. State-formation after the cultural turn*. New York: Cornell University Press, 1999. p.76-97.
- RIBEIRO, R. W. UM CONCEITO, VÁRIAS VISÕES: Paisagem Cultural e a UNESCO. In: CASTRIOTA, L. (org.): *Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. Belo Horizonte, Brasília: UFMG, IPHAN, 2013, no prelo.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 523 p.
- SANSONE, Lívio (org.) *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. EDUFBA, Salvador, 2012
- SHARMA, A.; GUPTA, A. Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization. In: SHARMA, A; GUPTA, A (orgs.). *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008
- SILVA, F.F. da. *As Cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. 2º ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- TOAL, G.. Introduction. In: TOAL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. *The geopolitics reader*. In: TOAL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P (orgs.). London; New York: Routledge, 1998.
- TRAJANO FILHO, Wilson. *Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos*. In: SANSONE, Lívio (org.) *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. EDUFBA, Salvador, 2012, pp: 11 - 40
- WEBER, Max. *Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1977.1v.